



Educação ambiental, justiça ambiental e questões de gênero: a perspectiva de um grupo de educadoras ambientais comunitárias de Magé, RJ.

Carolina Alves Gomes de Oliveira¹
Celso Pereira Sánchez²

Resumo: Este estudo se debruça sobre um grupo de educadoras ambientais comunitárias, que atuam em comunidades sob vulnerabilidade socioambiental em Magé, RJ. A partir do acompanhamento deste grupo, tivemos como objetivo levantar temas trazidos pelas educadoras que dialogassem com o movimento por justiça ambiental e com as discussões de gênero, como forma contextualizar as práticas da Educação Ambiental Crítica em meio a uma realidade de desigualdades. Os temas levantados evidenciam que os problemas socioambientais se sobrepõem às diversas situações de desigualdade e exclusão que se deflagram no território, inclusive as desigualdades gênero. O trabalho desenvolvido pelas educadoras apresenta as contradições trazidas, por um lado, pelas denúncias de um cotidiano de injustiças socioambientais e, por outro, de um trabalho educativo humanizador, que emerge da própria comunidade.

Palavras chave: Educação ambiental, justiça ambiental, questões de gênero

Educación ambiental, justicia ambiental y cuestiones de género: la perspectiva de un grupo de educadoras ambientales comunitarias de Magé, RJ.

Resumen: Este estudio se centra en un grupo de educadoras ambientales comunitarias, que actúan en comunidades bajo vulnerabilidad socioambiental em Magé, RJ. A partir del seguimiento de este grupo, tuvimos como objetivo levantar temas traídos por las educadoras que dialogasen con el movimiento por justicia ambiental y con las discusiones de género, como forma de contextualizar las prácticas de la Educación Ambiental Crítica en medio de una realidad de desigualdades. Los temas levantados evidencian que los problemas socioambientales se superponen a las diversas situaciones de desigualdad y exclusión que se desencadenan en el territorio, incluidas las desigualdades de género. El trabajo desarrollado por las educadoras presenta las contradicciones

¹ Doutoranda do programa de pós- graduação em Educação da UNIRIO. Pesquisadora do Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur (GEASur/UNIRIO). E-mail: agoliva86@gmail.com

² Professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), atuando na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Educação. Coordena o Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur (GEASur/UNIRIO). E-mail: celso.sanches@hotmail.com

traídas, por un lado, por las denuncias de un cotidiano de injusticias socioambientales y, por otro, de un trabajo educativo humanizador, que emerge de la propia comunidad.

Palabras clave: Educación ambiental, justicia ambiental, cuestiones de gênero

Environmental education, environmental justice and gender issues: the perspective of a group of community environmental educators of Magé, RJ.

Abstract: This study focuses on a group of community environmental educators, who work in communities under social and environmental vulnerability in Magé, RJ. From the follow-up of this group, we had as objective to raise themes brought by educators that dialogue with the movement for environmental justice and with the gender discussions, as a way to contextualize the practices of Critical Environmental Education in the midst of a reality of inequalities. The issues raised show that socio-environmental problems overlap with various situations of inequality and exclusion that are spreading in the territory, including gender inequalities. The work carried out by the educators presents the contradictions brought, on the one hand, by denunciations of a daily social and environmental injustices and, on the other hand, a humanizing educational work that emerges from the community itself.

Key words: Environmental education, environmental justice, gender issues

1. Introdução

Este estudo busca trazer elementos do movimento por justiça ambiental, assim como das discussões de gênero e meio ambiente para o âmbito da Educação Ambiental. Para tanto, apresentamos um estudo de caso que tem como recorte um grupo de educadoras ambientais populares, no município de Magé, RJ. A partir do cotidiano e do trabalho pedagógico desenvolvido por essas educadoras, buscamos discutir a necessidade de um olhar mais atento da Educação Ambiental às desigualdades e à exclusão sofrida pelas comunidades pobres da periferia, principalmente sob a ótica das mulheres.

O entendimento da crise ambiental como uma crise civilizatória (SANTOS, 2009) abre margem para uma visão crítica das relações ser humano- natureza, ao longo da história. Assim, o discurso hegemônico, o qual compreendemos como discurso predominante do capital, de que todos os habitantes do planeta são igualmente responsáveis pela destruição e exploração predatória dos bens naturais, não se sustenta quando algumas questões vêm à tona, como a situação de desigualdade, pobreza, exclusão e baixíssimo poder de participação a que estão submetidas grande parte das populações periféricas do globo (LOUREIRO, 2004). Tais assimetrias se tornam cada vez mais visíveis, numa perspectiva globalizada, à medida que a humanidade se defronta, por um lado, com uma crise socioambiental de proporções gigantescas e por outro, com níveis de

concentração de riquezas e aumento da pobreza, nunca antes vistos, onde o abismo entre os países desenvolvidos e os não desenvolvidos se aprofunda assustadoramente (CORONIL, 2000, LAYRARGUES, 2009).

É no âmbito dos conflitos socioambientais, entretanto, que esta dinâmica se deflagra de forma mais visível, uma vez que as formas de vida e de trabalho de certos grupos são ameaçadas pela degradação ambiental (LAYRARGUES, 2009). Nesta dinâmica, as relações desiguais às quais as populações pobres e periféricas estão sujeitas vem à tona através da constatação de que a suscetibilidade aos impactos ambientais não é homogênea para toda a população, mas se apresenta de forma mais intensa sobre alguns grupos considerados mais vulneráveis³, sujeitos à injustiças ambientais (ACSELRAD, 2013). O movimento por justiça ambiental denuncia e combate tais injustiças e traz a informação de que, a expansão do Capital, através da instalação de empreendimentos altamente poluentes, historicamente vem escolhendo territórios ocupados por populações pobres, com pequeno poder de organização e participação política, em sua maioria afrodescendentes delimitando as chamadas áreas de sacrifício⁴ (ACSELRAD, 2010).

MIES e SHIVA (1993) contribuem com esta discussão, ao adentrar as relações de exclusão e exploração que atingem as comunidades pobres do globo, ressaltando o fato de que o efeito da degradação ambiental recai de forma ainda mais intensa sobre as mulheres, que se encontram social e historicamente mais ligadas às funções de subsistência (produção e preparação de alimentos, obtenção de água potável) e aquelas relacionadas à saúde (cuidado das crianças e dos idosos). Como comenta Layrargues (2009) a imensa desigualdade social que assola os países subdesenvolvidos assume as questões étnicas e de gênero como sobreposições das desigualdades sociais e ambientais. Por outro lado, o ativismo e a participação feminina no movimento por justiça ambiental e no chamado *ecologismo dos pobres*⁵ se torna cada vez mais evidente, onde muitas mulheres assumem o protagonismo na resistência contra o avanço do capital (MARTÍNEZ ALIER, 2015). Da mesma forma, as mulheres tem ocupado funções importantes, no que se refere à educação ambiental, onde são as principais incentivadoras das discussões socioambientais em várias instâncias (LISBOA e LUSA, 2010). Estas questões ajudam a dar forma à trama na qual se

³ O termo vulnerabilidade, segundo ACSELRAD et. al. (2009) se refere à exposição desigual aos riscos ambientais, que indicam uma maior susceptibilidade de pessoas, lugares, infraestruturas ou ecossistemas a algum tipo particular de agravo, sendo estas condições determinadas sócio- historicamente entre os diferentes segmentos sociais.

⁴ As áreas de sacrifício são territórios ocupados por populações socialmente desfavorecidas e escolhidos como espaços de expansão industrial, sendo encaradas como regiões cujas características socioambientais podem ser sacrificadas em prol das atividades industriais necessárias ao desenvolvimento (BULLARD, 1994 apud COELHO et. al., 2015).

⁵ Livro “O Ecologismo dos Pobres”, de Joan Martínez Alier

inserem as protagonistas deste estudo, no que diz respeito à educação ambiental em meio à desigualdade social. Para isso, buscamos diante dos temas levantados por elas, diálogos possíveis com os aportes trazidos pelo movimento por justiça ambiental, pela educação ambiental crítica e pelas discussões de gênero.

Assumindo a Educação Ambiental Crítica (EAC) como perspectiva teórica, que entende a importância de dar evidência aos grupos com maior vulnerabilidade socioambiental, procura-se entender de forma mais profunda a realidade das injustiças existente para buscar transformá-la (LOUREIRO, 2004). Nesse caminho, o movimento de justiça ambiental representa uma ponte importante, ao interligar a Educação Ambiental e a justiça social no compromisso com a superação das desigualdades (LAYRARGUES, 2009). E as discussões de gênero possibilitam uma visão mais profunda e contextualizada das desigualdades socioambientais, assim como as necessidades de transformações sócio-culturais (ALMEIDA e CHALUB-MARTINS, 2010). Ao incorporar estas discussões assumimos a concepção de que, como toda Educação, a Educação Ambiental também possui um papel político e social, cujos objetivos de reprodução ou transformação da própria sociedade são traçados a partir das escolhas político-pedagógicas assumidas (LAYRARGUES, 2009). Assim, a EAC possui Paulo Freire como um de seus principais referenciais (DELIZOICOV e DELIZOICOV, 2014) a partir do qual encontra ricas contribuições para a valorização da construção coletiva e dialógica de processos práticos e reflexivos, que estejam de acordo com a preservação da vida e com a justiça social (LOUREIRO, 2004).

O grupo de educadoras comunitárias, foco deste estudo, atua em comunidades que enfrentam condições de vulnerabilidade socioambiental no município de Magé. O objetivo deste estudo foi trazer a perspectiva das mulheres (educadoras populares e moradoras da comunidade) sobre as questões socioambientais que interferem na vida cotidiana e no trabalho educativo comunitário. Em nossos escritos buscamos trazer, num primeiro momento, como justificativa e pano de fundo para este trabalho algumas reflexões sobre as convergências entre a luta por justiça ambiental e a perspectiva de gênero. Nos caminhos metodológicos, apresentamos uma pequena contextualização do histórico de injustiças socioambientais no município de Magé, a história de formação do grupo que acompanhamos e os passos da pesquisa. Posteriormente, baseando-nos nos relatos das educadoras deste grupo, buscamos levantar temas que dialogassem com o movimento por justiça ambiental, com as discussões de gênero e como os aportes da educação ambiental crítica (EAC). Diante do quadro de desigualdades e exclusão socioambiental que afeta

severamente as mulheres, buscamos também refletir como as práticas educativas podem caminhar no sentido da transformação das relações socioambientais em relações mais justas.

1.1 Justiça ambiental e gênero: encontros possíveis

O movimento por justiça ambiental surge nos anos 80 nos Estados Unidos, a partir de denúncias de que os territórios escolhidos para o despejo de materiais tóxicos e poluentes se concentravam em regiões habitadas principalmente por populações pobres, em sua maioria, afro-descendentes (ACSELRAD, 2010). Desde sua origem, este movimento representou uma articulação importante entre o movimento negro e o ambientalismo engajado, trazendo as questões raciais para o debate sócio-ambiental (MALERBA, 2010). Mais do que isso, como aponta Acselrad (2010) este movimento trouxe uma resignificação da questão ambiental, que resultou “de uma apropriação singular da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça social.” (ACSELRAD, 2010, p. 108). A denúncia de racismo ambiental ⁶trazida por estas populações deslocava a questão ambiental para a esfera cultural e sócio- política. Uma vez que os direitos sobre os recursos naturais, assim como os riscos diante dos impactos ambientais mostraram distribuir-se de forma desigual na sociedade, sendo determinados pela classe social e pela raça dos sujeitos, a questão ambiental não poderia ser descolada da realidade destes mesmos sujeitos (ibid.).

Ao longo dos anos este movimento foi adquirindo maior visibilidade também em outros países. No Brasil, em 1990, é criada a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, concentrando movimentos sociais, setores acadêmicos e outros atores sociais envolvidos nos conflitos sócio- ambientais, na busca por articulação e fortalecimento (MALERBA, 2010). Aqui, reuniram-se vários movimentos unidos por denúncias de diversas naturezas (o despejo de dejetos em zonas rurais e urbanas periféricas, os impactos da monocultura para os pequenos agricultores, a construção de barragens, a desterritorialização de comunidades tradicionais, dentre outros) (ibid.).

Apesar de sua articulação com a questão racial, desde sua origem, o movimento por justiça ambiental, principalmente no Brasil, ainda apresenta o desafio de incorporar de forma mais orgânica a questão de gênero às suas pautas e ações (MALERBA, 2010). Esta

⁶ “Chamamos de Racismo Ambiental às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre etnias e populações mais vulneráveis. O Racismo Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas, igualmente, através de ações que tenham impacto “racial”, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. (...) PACHECO (2007).

crescente preocupação é fortemente embasada por reivindicações dentro dos movimentos sociais, assim como de dados levantados por pesquisas realizadas com populações sob situação de vulnerabilidade sócio- ambiental (Ibid.). Da mesma forma que a desigualdade social, característica de nossas sociedades, reflete as relações assimétricas de acesso aos recursos naturais e de suscetibilidade aos impactos ambientais, a desigualdade de gênero faz com que as mulheres sofram uma sobreposição de desigualdades (social, racial, sexual) (SHIVA e MIES, 1993) o que as tornam as maiores vítimas das injustiças ambientais (MALERBA, 2010).

A divisão sexual do trabalho é apontada como um dos principais agravantes da situação sujeição das mulheres a uma posição de inferioridade social e também de maior suscetibilidade aos impactos que escasseiam e destroem os recursos naturais coletivos (SILVA, 2010). Nesta divisão, muito comum principalmente nas comunidades rurais e regiões periféricas pobres, o trabalho feminino é destinado principalmente às atividades domésticas de subsistência, cuidados com a saúde da família, manutenção de pequenas hortas domésticas e obtenção de recursos básicos para sobrevivência como água e carvão; enquanto o trabalho masculino se destina às atividades produtivas remuneradas, inseridas na vocação econômica que o capital estabelece para os territórios (ibid.). Esta divisão é marcada pela hierarquização, onde o trabalho masculino tem maior valor e representa uma força produtiva necessária do sistema capitalista, enquanto o trabalho feminino é inferiorizado, não remunerado e invisibilizado, apesar de seu papel fundamental para a sustentabilidade dos sujeitos que formam os núcleos familiares (KERGOAT, 2009).

Freitas (2010) aponta, a partir de levantamentos feitos em vários países da Europa, em Bangladesh e no Sri Lanka, que a morte de mulheres é superior a dos homens em desastres climáticos ambientais, como ciclones, tsunamis e ondas de calor. Da mesma forma que as populações mais pobres têm menos condições de se proteger destes desastres, dentro destas populações, as mulheres ainda enfrentam as maiores desvantagens. Este fato se deve à situação de pobreza e carência de serviços básicos a que estão submetidas (não apenas as mulheres, mas também as famílias sustentadas por mulheres) das regiões pobres do mundo, mesmo antes da ocorrência dos desastres (ibid.). A capacidade de recuperação depois dos desastres também é mais difícil para elas, que muitas vezes, alojadas em abrigos com seus filhos, não recebem auxílio para reerguer suas moradias, tem maiores desafios para manter seus empregos, enfrentam traumas psicológicos pós-desastre e encontram-se mais suscetíveis à violência sexual por não terem a segurança de suas moradias (ibid.).

Na luta contra a privatização da água, as contradições que fazem das mulheres, ainda hoje, as principais captadoras e gestoras domésticas da água, implicam em seu envolvimento massivo nos movimentos de resistência contra este processo (CRUZ, 2010). Neste âmbito encontram-se, sobretudo, as mulheres mais pobres, as mulheres negras, indígenas e ribeirinhas que resistem diante da chegada dos grandes projetos, que tratam a água como uma mercadoria e as populações residentes como descartáveis (ibid.). Neste sentido, os relatos das participantes do I Seminário sobre Mulheres, Trabalho e Justiça⁷ socioambiental, trazem ainda importantes reflexões sobre a perspectiva das mulheres impactadas pelo avanço do capital no território (ARANTES, 2010). Além de denunciar o racismo ambiental evidente, chamam atenção para o papel que cabe às mulheres neste processo. Diante da destruição da natureza, da eliminação dos recursos da qual dependem e da expropriação de sua terra e história comunitária; em nenhum momento são consideradas agentes das dinâmicas sócio-ambientais, mas são vistas como servidoras, como peças exóticas da paisagem, ou, nos melhores casos, como atingidas pelos impactos devastadores (ibid.). Algumas transformações também no âmbito do trabalho são reveladas por mulheres de diversas regiões, que reiteram o fato de que a expulsão das famílias de suas casas e locais de trabalho acontece muito rapidamente e as mulheres são facilmente transformadas em mãos de obra barata e em muitos casos, em objeto de exploração sexual (ibid.).

A aproximação do movimento por justiça ambiental das discussões de gênero e, principalmente, da perspectiva das experiências das mulheres tem revelado não apenas que as mulheres enfrentam desvantagens diante dos impactos socioambientais, mas também que vem participando massivamente como protagonistas das ações de resistência das comunidades, em todo Brasil (MALERBA, 2010). Em casos simbólicos como a “Guerra da Água”, em Cochabamba na Bolívia, as mulheres tiveram um papel fundamental nas mobilizações e na resistência que resultaram na retirada da empresa envolvida na privatização da água nesta região (CRUZ, 2010). No Ceará, a organização de pescadora e marisqueiras de diversos municípios, diante da chegada do turismo predatório, encontraram na organização e troca de experiências uma força de resistência, resgate cultural e construção do turismo comunitário (ARANTES, 2010). No Maranhão, as mulheres do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), depois de uma história de permanência no território, marcada pela violência dos latifundiários,

⁷ Este seminário foi realizado pelo SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia e a AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras, em 2009, no Recife. Reunindo movimentos de mulheres de todo o Brasil, buscou-se responder a seguinte pergunta: Qual a relação entre mulheres e justiça socioambiental? (SILVA, 2010)

encontraram na organização e divulgação de sua atividade sustentável, a aprovação da lei “Babaçu Livre” que tornou permitida a coleta do coco babaçu onde existam babaçuais, mesmos que estes estejam dentro da terra de fazendeiros, garantindo a sobrevivência digna de suas comunidades (SILVA e FIOD, 2009).

A organização das mulheres nos movimentos sociais, ou mesmo em movimentos de mulheres, se mostra uma importante força de resistência e permanência das comunidades. Em muitos casos, a sobrevivência de atividades tradicionais sustentáveis e geradoras de renda comunitária é preservada por estes grupos, como é o caso das catadoras de coco de babaçu (SILVA e FIOD, 2009), dentre muitos outros. Estas experiências que apontam maneiras alternativas e sustentáveis para a permanência das comunidades continuariam anônimas, se não fosse a perspectiva das mulheres, evidenciada por estes movimentos. No entanto, infelizmente, a organização política das comunidades e dos grupos de mulheres nas zonas mais pobres e periféricas, principalmente próximas aos grandes centros urbanos, onde as desigualdades sociais se acentuam bastante, ainda é pequena. Milhares de mulheres enfrentam a falta de condições ambientais e sociais básicas para uma vida digna e esta situação é bastante invisibilizada diante da chegada de grandes empreendimentos, que tendem a intensificar tais efeitos (MIES e SHIVA 1993). Por esta razão, é muito importante, inclusive como forma de compreender os caminhos das injustiças ambientais no território, ouvir atentamente a perspectiva das mulheres. O reconhecimento delas como agentes nos processos socioambientais parece ser um passo importante que pode contribuir para sua organização e mobilização dentro das comunidades, onde muitas vezes já estão envolvidas em trabalhos educativos, ou mesmo na saúde comunitária, como acontece em nosso caso de estudo. Na próxima seção traremos alguns dados sobre as condições sócio-ambientais de nossa área de estudos como forma de contextualizar a realidade do grupo de educadoras que acompanhamos.

2. Caminhos metodológicos

2.1 Um contexto de vulnerabilidade socioambiental

O município de Magé se localiza nos fundos da baía de Guanabara (Figura 1), cujo histórico de impactos ambientais, segundo Amador (2013) esteve ligado a algumas etapas significativas e emblemáticas da história do Brasil. Desde o processo de colonização portuguesa, com a extração do pau-brasil, passando pelos ciclos de cana-de-açúcar e do café, com o extermínio de povos indígenas nativos e a exploração da mão de obra escravizada; seguindo com a adoção de modelos hegemônicos agrícola-exportadores e

mais tarde urbano-industriais que impulsionaram a ocupação urbana desenfreada na região; toda esta dinâmica de exploração do trabalho e dos recursos naturais disponíveis no território foi responsável pela intensa degradação socioambiental que enxergamos hoje (ibid.) e que faz da baía de Guanabara um dos ecossistemas mais degradados do país (PDRH-BG, 2005, apud COELHO et. al. 2015).

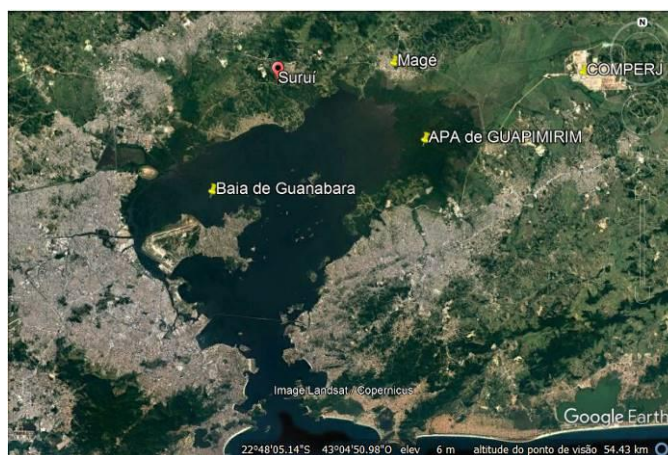


Figura 1. Mapa da Baía de Guanabara

Mesmo com o histórico de injustiças e exploração, decorrente de iniciativas adotadas pelo Estado, é bastante comum a divulgação de que as comunidades pobres e o crescimento demográfico são os principais responsáveis pela degradação ambiental da região (AMADOR, 2013). No entanto, se analisarmos os dados estatísticos divulgados pelo IBGE em 2012 para o município de Magé, podemos obter um quadro mais claro da precariedade dos serviços básicos oferecidos. Comparativamente a outros municípios da baía de Guanabara, Magé possui o maior percentual de bueiros, a maior parte do abastecimento de água (56,1%) feitas através de poços dentro das moradias e mais da metade de seu saneamento básico (54,5%) sendo realizado a partir de procedimento “outro”, ou seja, não contando com uma rede geral de coleta e tratamento, ou equipamento de fossas sépticas (FAUSTINO e FURTADO, 2013). Quanto à qualidade das moradias⁸, Magé possui quase todas as suas moradias (87%) como semi-adequadas e a presença de muitas moradias inadequadas (ibid.). Mais de 60% de sua população não possui instrução ou não completou o ensino fundamental.

⁸ Segundo a Classificação do IBGE as moradias adequadas possuíam até dois moradores por dormitório; abastecimento de água por rede geral de distribuição; esgotamento sanitário por rede geral de esgoto, pluvial ou por fossa séptica; e lixo coletado diretamente por serviço de limpeza. Semi-adequada foi definida a moradia que apresentava de uma a três das condições definidas para a condição adequada. E a moradia foi considerada inadequada quando o domicílio não apresentava nenhuma destas condições

Outro cenário conhecido da baía de Guanabara são os conflitos socioambientais envolvendo a indústria do petróleo, que acontecem há pelo menos 50 anos, desde a instalação de empreendimentos petrolíferos como a Reduc⁹ e mais recentemente com o Comperj¹⁰. Em Magé os conflitos envolvem principalmente as comunidades de pescadores, diante da ocupação privada de muitas áreas que antes eram destinadas à pesca artesanal e trazem consigo episódios de violência e violação dos direitos humanos nas comunidades locais (FAUSTINO e FURTADO, 2013).

A escolha do município de Itaboraí para instalação do Comperj, cuja influência direta atinge os municípios de Magé e São Gonçalo e a indireta o município Duque de Caxias (Figura 2) expõe contradições socioambientais bastante importantes que possibilitam a classificação desta região como uma área de sacrifício (COELHO et. al. 2015). Esta afirmativa é reforçada pelo fato de que, apesar da alternativa de instalação apresentada (município de Campos) onde o impacto seria em áreas de produção de biocombustíveis; a escolha foi por Itaboraí, que conta com a proximidade de UC importantes, com a insuficiência no abastecimento hídrico e que compartilha com os municípios vizinhos uma situação de carências e vulnerabilidade socioambiental (ibid.).

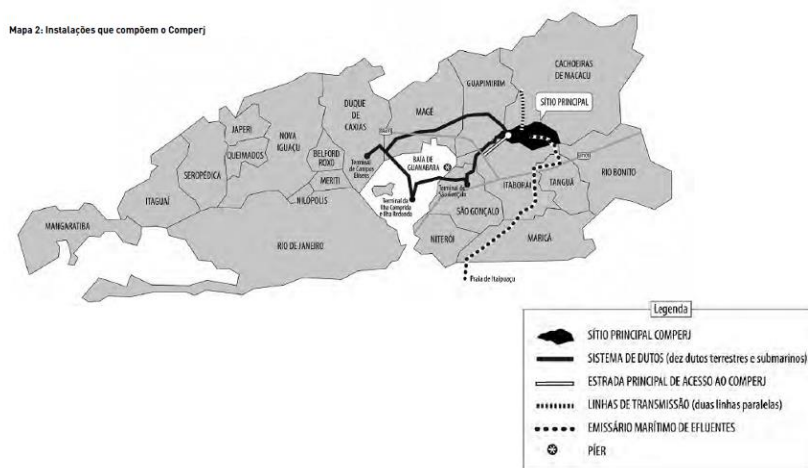


Figura 2. Instalações que compõe o Comperj, retirado Faustino e Furtado, 2013.

Apesar da relativa visibilidade trazida com o conflito dos pescadores na região, Faustino e Furtado (2013) ressaltam a baixa preocupação dos atores envolvidos com o levantamento de “especificidades” para compreensão mais profunda desta realidade. Dentre elas, as perdas, ameaças e inseguranças que atingem diretamente a vida das

⁹ Refinaria Duque de Caxias

¹⁰ Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro

mulheres, que também fazem parte ativamente da cadeia produtiva da pesca artesanal e ainda se dedicam a atividades como a educação dos filhos e cuidado da saúde dos da família. Tampouco são conhecidas as questões de perda de território e violência sofrida pelas mulheres em meio às transformações ocorridas com a chegada do Comperj (ibid.).

Apesar da carência de dados, no município de Duque de Caxias um estudo apontou que o crescimento da indústria do petróleo na região trouxe como principal caso de violação de direitos das mulheres, o aumento da prostituição e o nascimento de muitas crianças que não conheciam seus pais (RAULINO, 2009 apud STORT e COSTA, 2014). Estes impactos são derivados da chegada de grande número de trabalhadores terceirizados e da exploração da situação de vulnerabilidade social de mulheres e meninas, que acabam tendo suas vidas transformadas e ainda mais fragilizadas (ibid.).

Assim, se os conflitos apontados são os resultados mais visíveis do processo decorrente da instalação de grandes empreendimentos poluidores em regiões com um histórico de vulnerabilidade socioambiental, que outras dinâmicas podem ser levantadas quando se tomam como ponto de partida a experiência das mulheres? E como estas questões levantadas podem fortalecer o caráter de combate às desigualdades, assumido pela Educação Ambiental Crítica? Estas são algumas perguntas que nos guiam neste momento.

2.2 As educadoras

A formação do grupo de educadoras comunitárias em Suruí, Magé, aconteceu através do trabalho junto à ONG Água Doce – serviços populares, cujo projeto foi idealizado pelo educador Waldemar Boff. A atuação destas mulheres em diversas atividades (alfabetização de crianças e adultos, realização de cursos de artesanato e de produção de remédios caseiros, representação em reuniões e conselhos de meio ambiente, o apoio às atividades escolares) acontece junto às comunidades onde vivem.

A formação deste grupo predominantemente feminino se deveu a características importantes da vida destas mulheres, como a experiência e responsabilidade com o trabalho comunitário; as vantagens de um trabalho onde possam estar próximas a sua comunidade e perto dos filhos e a pequena permanência masculina, onde grande parte desta força de trabalho é absorvida pelas obras ligadas à indústria do Petróleo. Por terem nascido e crescido nas comunidades, possuem uma relação histórica e cultural importante com estes territórios, além de relações de confiança dentro da própria comunidade. A

origem de suas famílias varia entre a tradição pesqueira e da agricultura familiar, algumas delas provenientes de outros estados, estabelecendo-se nesta região próxima à metrópole.

2.3 Os encontros e o estudo

O contato com este grupo de educadoras acontece através de encontros semanais, num grupo de estudos e formação da qual também faço parte. Nestes encontros busca-se articular os temas de estudo com as atividades que cada educadora desenvolve durante a semana, por isso esse é um espaço de estudo, mas também um espaço de atualização dos eventos da semana, das dificuldades que surgem, das novidades, além de ser um momento agradável de reencontro e partilha. Estas características, como levantam Freire e Nogueira (1993) permeiam a educação popular, onde o aprendizado e a reflexão, que acontecem nos encontros, passam obrigatoriamente pela experiência prática do dia-dia.

Adotando uma abordagem qualitativa, a partir do estudo de caso e considerando minha participação neste grupo há alguns anos como educadora externa, optamos pela utilização da observação participante (LÜDKE e ANDRÉ, 1986). É importante ressaltar que estes momentos de encontro no grupo de estudos são encarados como momentos de co- formação¹¹, mais um motivo para utilização de uma metodologia participativa ao longo da pesquisa.

A partir das anotações no caderno de campo a respeito dos relatos e das discussões que surgiam destes encontros, buscou-se investigar como a perspectiva destas mulheres, educadoras e moradoras de Magé, denunciam os impactos sistemáticos e suas relações com a exclusão e a pobreza que assola as comunidades. Partindo do material obtido, foi feita uma análise onde foram levantados temas recorrentes, encarados como “temas chave”, ou seja, temas que trouxessem elementos que dialogassem com os referenciais teóricos da justiça ambiental (ACSELRAD et. al., 2009; ACSELRAD, 2010; PACHECO, 2007), das discussões de gênero e meio ambiente (MIES e SHIVA 1993; VIEZER, 1996; ARANTES e GUEDES, 2010; ALMEIDA e CHALUB-MARTINS, 2010) e da Educação Ambiental Crítica (LOUREIRO, 2004; LOUREIRO, 2006; LAYRARGUES, 2009), sem perder de vista o horizonte da Educação Popular (FREIRE, 1987, FREIRE e NOGUEIRA, 1993).

¹¹ Em nossa experiência com a educação popular, que tem sua inspiração na perspectiva freireana, o diálogo entre os diversos saberes (incluindo o das educadoras locais e dos educadores externos, da qual faço parte) evidenciam um processo de formação coletiva, onde nossa postura crítica diante da realidade se constrói conjuntamente, o que seria impensável numa perspectiva hierarquizada que privilegiasse apenas os conhecimentos científicos, ou que posicionasse as educadoras locais apenas como alunas e os educadores externos como detentores de todo conhecimento. Partindo de FREIRE (1987) entendemos que o aprendizado acontece no diálogo com a experiência do outro, uma vez que homens e mulheres são seres sociais, que aprendem e produzem conhecimento a partir do encontro com o outro.

3. Reflexões que surgem do estudo coletivo

Um tema bastante recorrente diante das experiências partilhadas no grupo de estudos com as educadoras são as condições de exclusão, violência e não garantia de direitos a qual estão submetidos os grupos de crianças, jovens e mulheres com quem trabalham. Como descrevem as educadoras, muitas vezes estas pessoas enxergam as atividades educativas que oferecem nas comunidades como um momento de desabafo, onde o fato de estarem num grupo acolhedor lhes traz a chance de falar sobre suas dificuldades. Os relatos indicam que o contexto de violência e pobreza se manifesta em sérias carências afetivas e psicológicas. Como nos ensina Freire (1987) o processo educativo precisa cultivar sua função humanizadora para que, mulheres e homens oprimidos tomem ciência de sua situação de subalternidade ao longo de processos coletivos e se enxerguem como sujeitos capazes de construir sua própria história. Nesse sentido, a experiência comunitária das educadoras aponta no sentido de que - mais do que introduzir conceitos ecológicos e práticas sustentáveis é preciso desenvolver atividades que atuem no aumento da auto-estima, na valorização dos saberes e da cultura popular e na integração de grupos de mulheres em momentos de troca e partilha.

Considerando que as populações pobres com menor organização e participação política, geralmente estão mais sujeitas às injustiças socioambientais (ACSELRAD et. al., 2009) é de extrema importância o fortalecimento e a organização dos grupos populares. Apesar disso, o percurso educativo e o nível de criticidade de cada grupo deve ser respeitado como parte de um processo coletivo, contextualizado às condições sociais, econômicas e políticas do cotidiano do grupo (FREIRE e NOGUEIRA, 1993). Como comenta Loureiro (2004) o sentido da Educação Ambiental Crítica não é reproduzir os padrões de comportamento das classes dominantes, ditar prioridades ambientais, ou instituir práticas e valores ambientalmente corretos, mas sim buscar processos práticos e reflexivos que trabalhem os problemas concretos e específicos de cada grupo social. Nesse sentido, Layrargues (2009) traz apontamentos para a Educação Ambiental que busca a transformação social:

“Considerar a mudança social na educação ambiental, ou seja, assumir o compromisso por uma educação ambiental com responsabilidade social, empenhada também na transformação social, implica em uma reelaboração conceitual, mas também em se assumir outras posturas decorrentes da incorporação da perspectiva da questão ambiental como uma questão de justiça distributiva, para uma coerente tradução nas estratégias de ação das práticas pedagógicas da educação ambiental. Isso implica em considerar os contextos sócio-econômico e cultural, para

incorporar a estrutura social, cultural e econômica na elaboração do projeto político-pedagógico das reflexões/ações educativas...” (Layrargues, 2009, p. 11-12)

Outro fato trazido pelas educadoras é a insuficiência e precariedade dos serviços básicos oferecidos pelo Estado, como a saúde e o saneamento básico. Seus relatos exemplificam as dificuldades que muitas mães da comunidade enfrentam diariamente, para levar seus filhos, ou os idosos nos postos de saúde. Este é um tema que sempre aparece quando discutimos os problemas ambientais na comunidade, que geralmente estão ligados à falta de condições básicas oferecidas à população. Como expõem Porto e Finamore (2012) a maior suscetibilidade às doenças relacionadas à degradação ambiental (risco ambiental) geralmente, se encontra nas comunidades mais pobres ao redor da instalação de empreendimentos altamente poluentes. Infelizmente, a comprovação desta relação nem sempre é simples de ser atestada, pois a precariedade das condições ambientais e de saúde podem estar presentes mesmo antes da chegada dos empreendimentos, tornando difícil a percepção para os próprios moradores sobre o problema (ibid.).

Os aportes oferecidos pelo movimento por justiça ambiental nos ajudam a ter um olhar mais cuidadoso e objetivo quanto à questão apresentada pelas educadoras de Suruí. Alguns estudos feitos a partir do cruzamento entre o índice de exclusão social e as consideradas áreas de risco ambiental evidenciam a sobreposição cumulativa dos riscos ambientais e as desigualdades sociais e residenciais (ACSELRAD et. al., 2009). O índice de exclusão social adotado incorpora variáveis como a pobreza, os empregos, a desigualdade, a alfabetização, a escolaridade, a presença juvenil e a violência (ibid.). Segundo este autor, no Brasil, um avanço importante ocorreu através da incorporação da variável raça, dentro da pesquisa estatística do IBGE, com a qual foi possível cruzar dados dos serviços de saneamento e qualidade das moradias com a origem racial das comunidades. Apesar disso, os dados regionais, nacionais e internacionais dos riscos ambientais não explicitam esta sobreposição com as exclusões sociais e raciais (ibid.). A maior percepção deste aspecto vem sendo impulsionada, de um lado, pelas vivências cotidianas acumuladas pelas comunidades, por movimentos sociais e pelo movimento por justiça ambiental; e por outro, por coletivos que articulam movimentos sociais na crítica ao modelo de desenvolvimento neoliberal (PORTO e FINAMORE, 2012). Sob a ótica da EAC estas discussões são de extrema importância, tanto para reflexões teóricas quanto para o planejamento de atividades práticas, pois trazem consigo aprendizados das comunidades e dos movimentos socioambientais populares sobre a saúde ambiental em seu

território. O desafio aqui é, junto com as educadoras, incorporar estas questões ao trabalho educativo popular, como forma de contribuir para um processo crítico de reflexão e desvelamento de sua própria realidade socioambiental para buscar transformá-la.

O olhar das educadoras reafirma o fato de que geralmente são as mulheres as responsáveis pelo cuidado com a saúde, são elas também que precisam lidar com esta precariedade e, por vezes ausência do serviço de emergência. O estabelecimento de certos papéis socialmente construídos para a mulher, no que diz respeito à sua destinação ao trabalho doméstico de subsistência e ao cuidado da família (CHALUB-MARTINS, 2010) fazem com que as mulheres e as crianças dependam de uma forma mais próxima dos recursos naturais disponíveis e estejam mais expostas às doenças derivadas da perda da qualidade ambiental (MILES e SHIVA, 1993). Quem sabe, se as estatísticas nacionais incorporassem a variável gênero, no sentido de registrar as famílias que tem as mulheres como chefes de família, também poderíamos ter um panorama mais claro das sobreposições de injustiças sofridas por elas quanto ao acesso aos serviços básicos e também à suscetibilidade aos riscos ambientais. Como comenta Martínez Alier (2015) ao longo da história, essa relação de dependência dos recursos de propriedade comum sempre foi maior para as mulheres (principalmente as mais pobres) do que para os homens, que tem maior acesso e controle da propriedade privada.

Do ponto de vista do nosso caso de estudo, onde as mulheres assumem o papel de cuidado da casa e da saúde familiar, mas também atuam como educadoras ambientais comunitárias, podemos perceber que seu conhecimento engloba as especificidades deste cotidiano comunitário. Por isso, estes saberes podem orientar as práticas educativas de forma contextualizada às necessidades também das mulheres, que, como vimos, nem sempre são consideradas como agentes nas dinâmicas socioambientais (ARANTES, 2010). Este é um ponto importante quando se articula a questão de gênero à justiça ambiental, pois é importante reconhecer as mulheres como vítimas dos processos de injustiça ambiental, mas também, e talvez ainda mais necessário, é reconhecê-las como agentes dos processos de resistência e transformação (MALERBA, 2010). Na educação, através da valorização da história local da qual fazem parte, do resgate dos trabalhos manuais tradicionais, da preservação e resgate dos conhecimentos sobre as plantas e do trabalho de acolhimento e desenvolvimento da auto-estima de mulheres e crianças, estas educadoras descobrem-se agentes de sua história.

É sob esta perspectiva que mais um tema interessante é levantado pelas educadoras: O uso das plantas medicinais para confecção de remédios caseiros é encarado, pela maioria

dos moradores, como a única alternativa à precariedade, ou mesmo ausência de serviços de saúde pública. Uma das educadoras, que realiza oficinas com essa temática, conta que os remédios produzidos por ela, assim como outros confeccionados por outras mulheres, que possuem tais conhecimentos, representam um importante recurso de emergência para enfermidades menos graves e também para problemas mais sérios, cujo tratamento não é disponibilizado ou não está acessível no tempo necessário. Assim, a manutenção de canteiros e utilização das ervas medicinais trazem não apenas a preservação de conhecimentos ancestrais, mas também podem ser encarados como um recurso de emergência e sobrevivência destas comunidades. Este fato se torna especialmente importante, quando se observa que seu entendimento pelas educadoras é permeado por uma visão crítica da realidade, caríssima à EAC – O incentivo de atividades educativas que incentivem e valorizem os conhecimentos populares e ancestrais sobre as ervas medicinais é extremamente necessário, mas a discussão de que todos os cidadãos e cidadãs tem direito à saúde pública de qualidade, também se mostra igualmente importante.

Como lembram Freire e Nogueira (1993) diante das dificuldades e restrições a que são submetidas, as comunidades encontram “soluções populares” provenientes dos saberes da cultura popular, como os saberes religiosos, aqueles ligados saúde, outros ligados à alimentação; enfim, saberes forjados na prática, que ajudam na sua sobrevivência cotidiana. Dentro de um trabalho educativo transformador, porém, estas questões podem ser problematizadas, conforme os participantes se posicionam e se enxergam dentro de um contexto de opressão materializado pela falta de direitos básicos (FREIRE, 1987). Assim torna-se possível a desvinculação com uma posição fatalista (é assim, sempre foi assim) e substituição por uma postura curiosa, inovadora (Por que é assim? Com deveria ser? Como poderia ser?) (ibid.).

Outra percepção sutil levantada pelo grupo de educadoras diz respeito às relações humanas dentro da comunidade, onde a valorização da competição exagerada, da violência, do imediatismo e do individualismo, são identificadas principalmente nas crianças e representam um desafio para o trabalho pedagógico que busca a organização e fortalecimento da comunitário. Viezzer et. al. (1996) aproximam as discussões de gênero da Educação Ambiental argumentando que muitos valores cunhados nas sociedades modernas, como a dominação, o controle, a expropriação, a competição, são derivados de laços patriarcais pertencentes ao velho paradigma, onde o homem, branco e ocidental domina e controla a natureza e a mulher. Por isso, quando questionamos os valores deste paradigma nas relações pedagógicas e sociais, e propomos alternativas a eles, também

estamos trazendo as questões de gênero para a discussão coletiva (ibid.). Estas são considerações importantes para se pensar, na teoria e na prática, de que forma a EAC pode contribuir para discussão crítica destes valores, assim como trabalhar formas alternativas dentro das relações humanas e ambientais. Reafirmando, assim, o potencial transformador da Educação Ambiental na direção da superação das formas de dominação capitalistas e na compreensão da vida em sua complexidade e totalidade (LOUREIRO, 2006).

4. Considerações finais

A busca por práticas educativas que considerem o contexto socioambiental vivido pelas comunidades, principalmente as mais vulneráveis, se mostra cada vez mais necessário para o combate às desigualdades. Em nosso caso de estudo, pudemos perceber os vínculos entre as relações socioambientais desarmônicas no território, as relações de opressão deflagradas pelas injustiças ambientais e as práticas pedagógicas que buscam inserir-se nesta realidade. Neste estudo, fica evidente a importância e a urgência de se pensar a Educação Ambiental de forma contextualizada as realidades e às demandas específicas de grupos excluídos e oprimidos, tendo as mulheres um papel fundamental. Além disso, o ponto de vista bem como as estratégias pedagógicas desenvolvidas por e com estes grupos de mulheres fazem emergir possibilidades outras para a Educação Ambiental. Uma delas é o desenvolvimento de práticas pedagógicas a partir de processos dialógicos sensíveis às difíceis realidades das populações excluídas, diferentes das intervenções externas e descontextualizadas recorrentes em muitos programas de Educação Ambiental que chegam ao território. Nosso desejo é que cada vez mais mulheres possam ser reconhecidas como educadoras e agentes das dinâmicas socioambientais de suas comunidades, como forma de tornarem-se também transformadoras de sua realidade.

Referências

- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral do; BEZERRA, Gustavo Neves das. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos avançados**, v. 24, n. 68, p. 103-119, fev. 2010.
- ACSELRAD, Henri. Conhecimento do ambiente e o ambiente do conhecimento – anotações sobre a conjuntura do debate sobre vulnerabilidade. In: **Em Pauta** (Uerj) v. 11, n. 32, p. 113-130, 2013.

ALMEIDA, Verônica Lima Fonseca da.; CHALUB-MARTINS, Leila. Relações de Gênero e Educação Ambiental no Projeto Mulheres das Águas. In: **Encontro Nacional da ANPPAS**, out. 2010.

AMADOR, Elmo. **Baía de Guanabara: Ocupação histórica e avaliação ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2013.

ARANTES, Rivane. Movimento de Mulheres e lutas socioambientais: experiências e desafios para o feminismo. In: ARANTES, Rivane; GUEDES, Vera (Org.). **Mulheres, trabalho e justiça socioambiental**. Recife: SOS Corpo- Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

COELHO, Breno Herrera da Silva; LOUREIRO, Carlos Frederico; IRVING, Marta Azevedo; SOARES, David Gomes. Conflitos entre o Comperj e a gestão de áreas protegidas: O Mosaico Central Fluminense como possibilidade de enfrentamento a impactos socioambientais de grandes empreendimentos industriais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, p. 259-273, dez. 2015.

CORONIL, Fernando. Naturaleza del poscolonialismo: del eurocentrismo al globocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo e ciências sociales – perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

CRUZ, Elizabeth Ferreira. A problemática da água no mundo: desafios para a luta feminista. In: ARANTES, Rivane; GUEDES, Vera (Org.). **Mulheres, trabalho e justiça socioambiental**. Recife: SOS Corpo- Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

DELIZOICOV, Demétrio; DELIZOICOV, Nadir Castilho. Educação ambiental na escola. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; TORRES Juliana Rezende. **Educação Ambiental – Dialogando com Paulo Freire**. São Paulo: Cortez, 2014.

DIAS, Alexandre Pessoa; SOUZA Alexandre Anderson; MAIA Aline Borgoff; BERZINS, Felix Augusto Jacobson. Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj): Impactos socioambientais, violação de direitos e conflitos na Baía de Guanabara. **Revista Ética e Filosofia Política**. n.16, v.1, p. 151-155, jun. 2013.

FAUSTINO, Cristiane; FURTADO Fabrina. **Indústria do Petróleo e Conflitos Ambientais na Baía de Guanabara: o do caso Comperj**. Rio de Janeiro: Plataforma Dhesca - Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra. 1987.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. Petrópolis: Vozes, 1993.

FREITAS, Rosana, C. M. A. Construção de uma agenda para as questões de gênero, desastres socioambientais e desenvolvimento. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.16, n.3. p. 889-899, jan. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2010000300014>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

KERGOAT, Daniele. Divisão Sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et. al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, p. 67-75. 2009.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação Ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza (Orgs.). **Repensar a educação Ambiental: Um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009.

LISBOA, Teresa Kleba; LUSA, Mailiz Garibotti. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero - Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 871-887, set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2010000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 mar. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2010000300013>.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação Ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos. **Gestão em Ação**, Salvador v.7, n.1, p. 37-50, jan./abr. 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez. 2006.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. E. D. **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU. 1986.

MALERBA, Juliana. A luta por justiça socioambiental na agenda feminista: visibilizando alternativas e fortalecendo resistências. In: ARANTES, Rivane; GUEDES, Vera (Org.). **Mulheres, trabalho e justiça socioambiental**. Recife: SOS Corpo- Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2015.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

PACHECO, Tânia. Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor. **Development in Practice**. v.18. n.6. 2007. Disponível em: http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/pagina.php?id=1869. Acesso: 25 set. 2017.

PORTO, Marcelo Firpo; FINAMORE, Renan. Riscos, saúde e justiça ambiental: o protagonismo das populações atingidas na produção de conhecimento. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1493-1501, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232012000600013&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 15 mar.2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In SANTOS, Boaventura de Souza e MENESES, Maria Paula (Orgs.) **Epistemologias do Sul**, Coimbra: Almedina, 2009.

SILVA, Carmen. Mulheres e justiça socioambiental: uma reflexão a partir do trabalho In: ARANTES, Rivane; GUEDES, Vera (Org.). **Mulheres, trabalho e justiça socioambiental**. Recife: SOS Corpo- Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

SILVA, Maria de Fátima Silva da; FIOD, Edna Garcia Maciel. Babaçu livre: história da associação de Mulheres Quebradeiras de Coco de Lago do Jungo/MA (1980-2007). In AUED, Bernardete Wrublewski ; VENDRAMINI, Célia Regina (Org.) **Educação do campo**: Desafios teóricos e práticos. Florianópolis: Insular. 2009.

STORTTI, Marcelo; COSTA, Leila. Gênero, violência e indústria do petróleo: um panorama do impacto da refinaria de Duque de Caxias (REDUC) sobre a vida das mulheres da baixada fluminense. **Revista Ambivalências**. v. 2, n. 3, p. 70 – 85, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://seer.ufs.br/index.php/Ambivalencias/article/view/2550>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

VIEZZER, Moema; RODRIGUES, Carmem Lúcia, MOREIRA, Tereza. Relações de gênero na Educação Ambiental. In TRAJBER, Rachel., MANZOCHI, Lúcia. Helena. **Avaliando a Educação Ambiental no Brasil: Materiais Impressos**. São Paulo: Editora Gaia, 1996.

Submetido em: 20-11-2017.

Publicado em: 30-04-2018.